

# *Jader acha que cassação seria pena exagerada*

Presidente do Senado preferia suspensão

---

**Helena Chagas**

---

• BRASÍLIA. O presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), acha que a pena de cassação de Antonio Carlos Magalhães e Arruda proposta no relatório de Saturnino Braga era exagerada para a violação do painel eletrônico.

— Caberia uma suspensão, que já seria humilhante. Já pensou, um senador impedido por dois meses de entrar no Senado? — pergunta.

Jader considera o caso encerrado, mas arrisca um palpite: se Antonio Carlos não tivesse renunciado, teria conseguido uma vitória no plenário.

— Com voto secreto, não haveria o apoio de 41 senadores à cassação — opina.

O senador não pensa em patrocinar qualquer iniciativa para acabar com o voto secreto no Senado. Acha que é uma proteção contra as pressões. Como exemplo, cita as divergências entre os discursos e os votos no Conselho de Ética. Em sua opinião, o relatório só passou com a palavra cassação porque o voto era aberto. O que não quer dizer que o presidente Ramez Tebet (PMDB-MS) tenha errado:

— Ramez estava certíssimo. No conselho, o voto, pelo regimento, tinha de ser aberto.

Jader diz que não entendeu até agora por que foi pouparado no discurso de renúncia de Antonio Carlos Magalhães. Confessando-se surpreendido com o pronunciamento do adversário de quem tanto já apanhou, assegura que não fez qualquer favor a Antonio Carlos durante o processo de investigação pelo Conselho de Ética: agiu dentro do regulamento e da lei, ainda que isso, aparentemente, tenha facilitado a vida de Antonio Carlos em alguns momentos. Mas tudo teve amparo de pareceres do departamento jurídico, como o prazo de 15 dias úteis para a decisão da Mesa, diz.

O vice-presidente Edison Lobão (PFL-MA) atuou como intermediário em alguns momentos. Levou, por exemplo, o recado de que a Mesa tinha 15 dias para decidir, e não tempo ilimitado, como queria Antonio Carlos. E também o parecer jurídico que estabelecia esse ponto do processo como limite para a renúncia sem perda dos direitos políticos.